



PAULO BEHR FERRO  
pferro@j.com.br

### Três vetos caíram

Três vetos do prefeito Luiz Fernando Machado (PSDB) foram demutados ontem pelos vereadores. O primeiro refere-se ao projeto de lei 12.225, que prevê publicidade mensal da listagem de atendimentos realizados nas unidades de saúde de Jundiá. Já o projeto 12.217 obrigaria a fixação dos preços do litro dos combustíveis nos postos com duas casas decimais.

### Consenso

O terceiro veto desta terça-feira foi ao projeto de lei do vereador Marcelo Gastaldo (PTB), que regula o uso de aparelho portátil de música em locais de acesso público. Das três demutadas de veto, apenas a da propositura de Gastaldo foi por 18 votos favoráveis. As duas anteriores tiveram a aprovação dos 19 parlamentares, que por unanimidade ratificaram ainda a proposta de emenda que veda a entrega de obras inconclusas.

### Iprejun

Dois projetos de lei relacionados ao Instituto de Previdência de Jundiá (Iprejun) foram aprovados na Câmara. Os dois vieram do Executivo. O 12.250 reformula, cria e extingue cargos do órgão e o 12.257 altera o prazo da obra do novo prédio. A ideia da prefeitura é ganhar tempo e recuperar a capacidade de investimento para viabilizar a obra do prédio, que deve começar até novembro de 2018.

### Sem alterações

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado concluiu a votação do texto da reforma trabalhista sem alterações ao relatório do senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES). Após a aprovação do parecer de Ferraço, os membros da comissão analisaram quatro destaques – que são propostas de modificações pontuais ao texto –, mas todos foram rejeitados.

### 'Incabível'

O ministro Ricardo Lewandowski, do STF (Supremo Tribunal Federal), negou pedido de habeas corpus de Rodrigo Rocha Loures, ex-assessor do presidente Michel Temer preso no sábado (3), em Brasília. A decisão do magistrado foi semelhante em dois pedidos de liberdade provisória em favor de Rocha Loures. Para Lewandowski, não há como seguir na análise do pedido porque ele é "incabível".

### PEC das diretas

O presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da Câmara, Rodrigo Pacheco (PMDB-MG), se comprometeu a marcar para a próxima terça-feira (13) uma reunião extraordinária para discutir a PEC (Proposta de Emenda à Constituição) das Diretas. A data foi fechada nesta terça-feira (6) em acordo com os deputados dos partidos de oposição ao governo, entre eles a Rede, PSOL, PT e PCdoB. As informações são da Agência Brasil.

### SESSÃO ORDINÁRIA

Professores não gostaram das declarações de Cristiano Lopes sobre o alto custo dos profissionais que iriam aos Jogos

# Educadores esportivos criticam fala de vereador sobre Regionais

PAULO BEHR FERRO  
pferro@j.com.br

Três educadores esportivos de Jundiá mostraram ontem, logo nos primeiros minutos da 18ª sessão da Câmara Municipal do ano, sua insatisfação com declarações do vereador Cristiano Lopes (PSD), ex-secretário de Esportes e Lazer, sobre o alto custo dos profissionais que pesou na decisão do governo de não enviar a delegação jundiáense aos Jogos Regionais de Sorocaba. O evento está marcado para o período entre 5 e 15 de julho. No último sábado, Cristiano deu entrevista a uma rádio local dizendo que 60% do custo do envio de uma delegação é com pessoal – professores e profissionais da equipe de apoio. Só que isso soou junto aos professores como se o valor a ser investido nas horas extras fosse um peso para o orçamento municipal. Lopes acha que a questão foi politizada.

Falaram pelos professores Vanessa Patrícia Rancolletta do Nascimento, Ana Paula de Araújo Citelli e Rafael Fernando Silveira. "Não somos peso. Trabalha-



INTERROMPIDA Após a fala dos educadores na tribuna, sessão foi suspensa e vereadores se reuniram para discutir o caso

mos com alegria e envolvimento. Somos 86 educadores, que atuam em 20 centros esportivos e 31 unidades de apoio, lidando com 590 turmas e 12.600 jovens semanalmente", disse Vanessa. "Fiquei insatisfeita com o que disse o vereador, que nos coloca como os maiores responsáveis pela não ida de Jundiá aos Regionais. Todos os funcio-

nários da cidade ganham bem, inclusive o parlamentar, e ninguém coloca peso em ninguém. Os títulos de Jundiá nos Jogos são méritos nossos, educadores esportivos. Temos que dar voz à nossa categoria para a realidade que enfrentamos. Estamos indignados", emendou Ana Paula. "Exigimos respeito enquanto educadores. É preciso hu-

mildade e discernimento, abrindo mão de vaidade", completou Rafael, numa cutucada direta a Cristiano Lopes.

Citelli levantou duas questões relacionadas ao vereador do PSD. A primeira foi de que Lopes, enquanto secretário, teria obrigado os servidores a se filiar à Organização Social Jundiá de Esporte (OS), associação

esportiva que recebe dinheiro do município para a disputa de torneios, e seria ligado a uma OS. "É a Organização Social que detém a vaga nas disputas e a prefeitura é que abre processo de chamamento para a inscrição dos atletas. Não há nada de errado", ponderou Cristiano.

A segunda questão de Citelli foi sobre o uso dos uniformes por parte de atletas e professores no ano passado. "Foi só o handebol que foi patrocinado, recebendo dinheiro e artigos esportivos. Também não há nada irregular". O ex-secretário de Esportes e Lazer de Jundiá reforçou que o ato de ontem na Câmara foi político. "Quem perde com este tipo de protesto é o esporte de Jundiá", contou Lopes.

O presidente da Comissão de Desporto da Câmara, vereador Faouz Taha (PSDB), disse que recebeu a demanda dos educadores esportivos e levará as denúncias ao Jurídico da Casa. "Também sou marinheiro de primeira viagem e verei como vamos apurar estes casos. A partir daí, passaremos a todos os próximos passos", completou Faouz.

### NA POLÍCIA FEDERAL

## Temer ganha mais tempo para responder

A defesa do presidente Michel Temer terá mais prazo para responder as 82 perguntas formuladas pela Polícia Federal no inquérito que investiga o presidente por suspeitas de corrupção passiva, obstrução da Justiça e organização criminosa.

O ministro Edson Fachin, do STF (Supremo Tribunal Federal), atendeu nesta terça-feira (6) ao pedido dos advogados de Temer e vai permitir que as respostas sejam apresentadas até as 17h da próxima

sexta-feira (9).

Fachin havia determinado que o depoimento de Temer fosse tomado por escrito e dado prazo de 24 horas para o presidente responder.

### Incerteza política

As questões foram enviadas na segunda (5) e aumentaram o grau de incerteza política, às vésperas do julgamento em que o TSE (Tribunal Superior Eleitoral) começa a votar, pela cassação da chapa Dilma-Temer. (Folhapress)

### CONSELHO DE ÉTICA

## Senado reelege João Alberto Souza

O Conselho de Ética do Senado foi instalado nesta terça-feira (6) com a eleição dos senadores João Alberto Souza (PMDB-MA) como presidente e Pedro Chaves (PSC-MS) como vice. Os dois foram eleitos pela maioria, porém com votos contrários dos senadores João Capiberibe (PSB-AP) e Lasier Martins (PSD-RS). As informações são da Agência Brasil.

A primeira representação ao conselho a ser analisada pelo senador João Alberto é a protocolada pela Rede contra o senador afastado Aécio Neves (PSDB-MG) por quebra de decoro parlamentar, com base nas informações da delação premiada do empresário Joesley

Batista, da JBS. O presidente deverá encaminhar a petição à Advocacia do Senado para depois decidir se arquiva ou dá prosseguimento ao processo que pode resultar na cassação do mandato do senador.

Questionado se há constrangimento pelo fato de o conselho ter membros investigados pela Operação Lava Jato, o senador João Alberto negou. Segundo ele, o que há é apenas uma citação sobre um dos membros, e isso não será considerado. "Citados estão 38 senadores. Eu não me guio por isso", afirmou. "Tem que ter uma denúncia, e essa denúncia tem que ter alguma comprovação com documento." (Folhapress)

### CHAPA DILMA-TEMER

## Julgamento da chapa no TSE continua até quinta

O julgamento da chapa presidencial Dilma-Temer de 2014 pelo TSE (Tribunal Superior Eleitoral) esvaziou a Câmara dos Deputados nesta terça-feira (6). Sem clima para votação, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), adiou a votação de projetos mais polêmicos que seriam apreciados. A expectativa de líderes partidários era de que a sessão fosse encerrada às 19h, horário previsto para o início do julgamento no TSE, mas os trabalhos foram retomados e

seguiram até tarde da noite. Serão quatro sessões para votação, sendo a primeira ontem e a última na próxima quinta-feira (8).

O PSDB, que costuma fazer suas reuniões de bancadas às terças ou quartas-feiras, resolveu chamar seus deputados apenas na quinta (8), quando esperam ter a situação do presidente Temer mais consolidada.

O presidente Michel Temer cancelou presença em evento em Brasília para acompanhar o julgamento

do TSE no gabinete presidencial. Ele assistiu à sessão acompanhado de ministros e parlamentares. O advogado da ex-presidente Dilma Rousseff, Flávio Caetano, disse que a ação que pede a cassação da chapa deve ser considerada improcedente.

Ele disse que conversou com os ministros do TSE sobre o processo: "Os ministros todos nos receberam, eles conhecem o processo. Não dá para saber em uma conversa se estão aprofundados". (Folhapress)

### OPERAÇÃO-MANUS

## Henrique Alves recebeu R\$ 7,15 mi em propina, segundo investigação

Preso na manhã desta terça-feira (6), o ex-ministro do Turismo Henrique Eduardo Alves é suspeito de ter recebido R\$ 7,15 milhões em propinas, diretamente ou por meio do diretório estadual do PMDB do Rio Grande do Norte.

O ex-ministro e ex-presidente da Câmara saiu de casa sob vaias e gritos de "ladrão".

Alves foi conduzido para a sede da Polícia Federal em Natal e deverá permanecer preso no Rio Grande do Norte, sob suspeita de ter cometido crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro.

Segundo a investigação do Ministério Público Federal, o ex-deputado teria se beneficia-

do de contratos com empreiteiras. O principal deles é o da construção da Arena das Duas, em Natal, pela OAS. Há indícios de ação constante de Alves para dificultar a apuração de irregularidades nessa obra que teriam atrasado a apuração dos desvios. "Esses acordos tinham como pano de fundo trocas de vantagens indevidas. Percebeu-se manobra fraudulenta para que o dinheiro não fosse para campanhas. Dinheiro que ingressava com roupagens de doação, mas que teve como destino o próprio candidato. Para dar aparência de legalidade foram montadas prestações de conta que são ficções, por

meio de empresas laranjas", afirmou o delegado da Polícia Federal Santiago Hounie.

De acordo com a PF, a OAS pagou R\$ 650 mil diretamente a Alves e R\$ 3 milhões ao diretório estadual do PMDB. A Odebrecht, por meio de caixa 2, pagou outros R\$ 3 milhões. A Carioca Engenharia repassou R\$ 400 mil a ele e a Andrade Gutierrez, R\$ 100 mil.

Procuradas pela reportagem, OAS e Carioca Engenharia informaram que não vão se manifestar. Já a Odebrecht informou que "está colaborando com a Justiça no Brasil e nos países em que atua" e "está comprometida a combater e não tolerar a corrupção".